

# MULHERES TRABALHADORAS NOS RURAIS BRASILEIROS<sup>1</sup>

Resultado de investigação finalizada

Grupo de trabajo : GT11- Gênero, desigualdades e cidadania

Nelly Maria Sansigolo de Figueiredo<sup>2</sup>

Bruna Angela Branchi<sup>3</sup>

Andrews Lima Silva Santos<sup>4</sup>

## Resumo:

Este trabalho analisa os determinantes das disparidades de rendimentos entre homens e mulheres da PEA rural brasileira em 2010, segundo duas situações de rural – metropolitano e não-metropolitano. Com o objetivo de determinar o quanto das diferenças nas remunerações decorre das características dos trabalhadores, e quanto pode ser atribuído à discriminação, foram ajustadas funções de rendimentos segundo a metodologia proposta por Oaxaca-Blinder. Pelos resultados, as mulheres recebem 18,5% a menos do que os homens no rural metropolitano, e 22,2% no rural não-metropolitano. Aproximadamente 32,2% da diferença de rendimento por sexo no rural não-metropolitano e 66,5% no rural metropolitano não são explicados pelas diferenças na qualificação da mão-de-obra, podendo estar associadas à discriminação.

**Palavras-chave:** discriminação de gênero, decomposição de Oaxaca-Blinder, PEA rural.

## 1.Introdução

Este estudo focaliza a PEA rural brasileira e as disparidades de gênero em duas situações de área rural: aquela localizada nas regiões metropolitana e as demais áreas rurais que neste trabalho estão incluídas no rural não-metropolitano. Apesar de ser relativamente pequena, comparativamente à população urbana, a população rural nas metrópoles representa parcela relevante dos residentes rurais no Brasil. Segundo o Censo 2010, dos 13 milhões de pessoas que compõem a PEA rural, aproximadamente 14,4% viviam na área rural das metrópoles brasileiras. Dadas as condições específicas da metrópole, comparativamente aos demais espaços rurais não-metropolitanos, é de se esperar que as condições do emprego, renda e educação sejam diversas do que as enfrentadas pelos trabalhadores residentes em áreas menos urbanizadas. Especialmente, que o rural metropolitano seja favorável à maior diversificação setorial dos ocupados, ampliando as oportunidades ocupacionais fora do setor agrícola.

Os poucos estudos sobre o rural metropolitano mostram uma grande variedade de situações nesse espaço e apontam limitações no conhecimento sobre quem são e como vivem as famílias rurais. Além disso, esse espaço é freqüentemente esquecido pelos formuladores de políticas públicas, e mesmo quando as necessidades específicas do rural metropolitano são identificadas, o resultado em termos de

---

<sup>1</sup> Texto desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa CNPq 402485/2010-6.

<sup>2</sup> Doutora em Economia Agrária pela ESALQ/USP, Brasil. Professora em período integral da Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, BRASIL / [nelly.figueiredo@puc-campinas.edu.br](mailto:nelly.figueiredo@puc-campinas.edu.br)

<sup>3</sup> Doutora em Economia Política pela Universidade de Pavia, Itália. Professora em período integral da Faculdade de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, BRASIL / [bruna.branchi@puc-campinas.edu.br](mailto:bruna.branchi@puc-campinas.edu.br)

<sup>4</sup> Economista pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, BRASIL/ [andrews.lsantos@gmail.com](mailto:andrews.lsantos@gmail.com)

políticas públicas privilegia as questões urbanas.

Uma tentativa de identificar as disparidades entre o rural metropolitano e o não-metropolitano é feita por Figueiredo, Branchi & Kageyama (2012), com dados das PNADs 2004 e 2008 para o Estado de São Paulo. Em estudo de mesma natureza para nove regiões metropolitanas brasileiras e respectivos estados em 2009, Figueiredo & Branchi (2011) encontraram que nas famílias do rural metropolitano era menor a proporção de ocupados no setor agrícola (21% contra 71% das famílias do rural não-metropolitano), e aproximadamente 50% estavam ocupados na Indústria de Transformação, Comércio, Serviços Domésticos e Construção. As menores diferenças entre as famílias nos dois rurais, em termos de renda, pobreza e qualidade de vida, foram encontradas no Sul, onde 34% dos ocupados residentes no rural metropolitano desenvolviam atividades ligadas ao setor agropecuário. Isso levou as autoras a afirmar que “há indicativos de que o rural metropolitano no Sul é um exemplo de que é possível manter alguma ruralidade associada às vantagens da proximidade com o meio urbano, resultando em melhores condições para as famílias rurais e um menor contraste com o rural não-metropolitano” (Figueiredo & Branchi, 2011, p. 135).

Aprofundando a análise das condições das famílias nessas duas áreas, Branchi & Figueiredo (2012) estudaram as diferenças por sexo do responsável e tipo de área rural no Estado de São Paulo, com dados do Censo 2010. Pelos resultados, as famílias cujo responsável é mulher desfrutam de piores condições: nelas é maior a taxa de desocupação dos seus membros, e essa taxa aumenta no caso de residência rural metropolitana. Para a mulher, seja ela pessoa de referência da família ou cônjuge, é mais provável o trabalho em condições mais precárias (sem carteira assinada) ou sem remuneração se reside no rural não-metropolitano. A proximidade com os grandes centros urbanos favorece a diversificação setorial da ocupação, porém, os efeitos positivos dessa proximidade são apropriados mais eficientemente pelas famílias onde a pessoa de referência é homem, resultando, para esse grupo, em maior rendimento médio, menor taxa de desemprego, maior formalização e diversificação setorial do trabalho.

Nesse contexto, este artigo visa analisar as diferenças no perfil socioeconômico de homens e mulheres da PEA rural, segmentada por tipo de área rural - metropolitana e não-metropolitana -, buscando identificar se as diferenças de rendimentos por sexo se devem a fatores objetivos associados às diferenças das características da população rural desses dois espaços, ou se são decorrentes de diferenças relativas à forma como o mercado de trabalho valoriza esses atributos. Espera-se para o rural metropolitano que as relações de trabalho relativamente mais formais levem a menor parcela da discriminação para explicar as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres da PEA rural.

## 2. Dados e Metodologia

São utilizados os microdados do Censo Demográfico de 2010, versão corrigida de abril de 2013, tendo como unidade de análise as pessoas pertencentes à população economicamente ativa (PEA) residentes no meio rural<sup>5</sup>, segundo o sexo e o tipo de área rural – metropolitana e não-metropolitana.

Para fins deste trabalho foram considerados apenas os indivíduos com rendimento positivo no trabalho principal com 10 anos ou mais e menos de 90 anos de idade e com jornada de trabalho positiva e menor que 108 horas na semana de referência do Censo. Além disso, foram eliminadas as observações com informações incompletas. As amostras assim obtidas são de 1.003.082 homens e 448.765 mulheres, com 12,5% dos homens e 14,4% das mulheres no rural metropolitano.

---

<sup>5</sup> Para uma descrição detalhada dos critérios para a delimitação da população rural pelo IBGE, consultar as Notas Técnicas do Censo 2000 (IBGE, 2000) e/ou Girardi (2008.)

[http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas\\_socioeconomicas\\_b.htm#populacao\\_urbana\\_rural](http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm#populacao_urbana_rural)).

Para estudar as disparidades de rendimentos foi observado o rendimento do trabalho principal que, com base nos resultados do Censo 2010, correspondia a 97,7% do rendimento proveniente de todos os trabalhos da PEA rural, e 87,1% do rendimento de todas as fontes.

Visando investigar os determinantes das diferenças de rendimento do trabalho principal segundo o gênero, foi utilizada a metodologia desenvolvida por Oaxaca (1973) e Blinder (1973). Esta metodologia é adotada para avaliar as diferenças de salários devidas ao sexo do trabalhador<sup>6</sup>, onde o salário é assumido como função de características pessoais e demais variáveis relacionadas ao rendimento individual. Para cada tipo de área rural são ajustadas duas equações de rendimento como função das características individuais, sendo uma para homens e outra para mulheres, apresentadas abaixo.

$$\begin{aligned} \text{Ln}(W_m) &= C_m + (X_m)\beta_m + u_m \\ \text{e} \\ \text{Ln}(W_f) &= C_f + (X_f)\beta_f + u_f \end{aligned} \quad (1)$$

onde:

$i = m$  ou  $f$  (masculino ou feminino).

$\text{Ln}(W_i)$  = o logaritmo dos rendimentos.

$C_i$  = termo constante.

$X_i$  = o vetor das variáveis explanatórias

$\beta_i$  = vetor dos parâmetros.

$u_i$  = vetor coluna dos erros aleatórios.

Na ausência de discriminação, os efeitos das características individuais dos trabalhadores (escolaridade, idade, posição na ocupação, etc.) são idênticos para homens e mulheres. Na presença de discriminação, tanto o intercepto como a declividade das equações ajustadas são diferentes.

Obtidas as estimativas das duas equações pode-se calcular o valor médio do logaritmo do rendimento utilizando-se o valor médio de todas as variáveis, ou seja:

$$\begin{aligned} \ln(\bar{W}_m) &= \hat{C}_m + (\bar{X}_m)\hat{\beta}_m \\ \text{e} \\ \ln(\bar{W}_f) &= \hat{C}_f + (\bar{X}_f)\hat{\beta}_f \end{aligned} \quad (2)$$

A diferença da média do logaritmo dos rendimentos para os dois grupos pode ser calculada por:

$$\ln(\bar{W}_m) - \ln(\bar{W}_f) = (\hat{C}_m - \hat{C}_f) + ((\bar{X}_m)\hat{\beta}_m - (\bar{X}_f)\hat{\beta}_f) \quad (3)$$

A diferença entre os vetores dos coeficientes de homens e mulheres é:

$$\Delta\hat{\beta} = \hat{\beta}_m - \hat{\beta}_f \quad (4)$$

Então  $\hat{\beta}_m = \hat{\beta}_f - \Delta\hat{\beta}$ . Substituindo esse resultado em (3) e rearranjando os termos, obtém-se:

<sup>6</sup> Como exemplos de aplicação do modelo Oaxaca-Blinder, consultar Hertz *et al* (2009); Batista & Cacciamalli (2009); Zucchi & Hoffmann (2004); Ometto, Hoffmann & Alves (1999).

$$\ln(\bar{W}_m) - \ln(\bar{W}_f) = (\hat{C}_m - \hat{C}_f) + (\bar{X}_m - \bar{X}_f) \hat{\beta}_m - (\bar{X}_f) \Delta \hat{\beta} \quad (5)$$

$$\text{ou} \quad \ln(\bar{W}_m) - \ln(\bar{W}_f) = \underbrace{(\hat{C}_m - \hat{C}_f)}_C + \underbrace{(\bar{X}_m - \bar{X}_f) \hat{\beta}_m}_E + \underbrace{\bar{X}_f (\hat{\beta}_m - \hat{\beta}_f)}_N \quad (6)$$

Pela equação (6) é possível decompor a diferença do rendimento entre homens e mulheres em três componentes:  $C$ ,  $E$  e  $N$ . O termo  $C$  é a diferença de rendimentos devido à constante, ou seja, a diferença do logaritmo dos rendimentos, independente das variáveis explanatórias. O termo  $E$  corresponde à parcela da desigualdade que é explicada pelas diferenças das médias das características dos indivíduos. O termo  $N$  quantifica o diferencial de rendimento que não é explicado pela diferença de dotação entre homens e mulheres, e decorre da valoração diferenciada das características individuais no mercado de trabalho, a qual é usualmente interpretada como discriminação. Neste trabalho, uma diferença positiva dos coeficientes do termo  $N$  indica que existe maior valoração dos homens no mercado do trabalho em detrimento das mulheres. Somando-se esse termo à diferença do termo constante ( $N + C$ ), obtém-se uma medida da remuneração não condicionada pelas diferenças das características dos indivíduos.

Segundo Berndt (1991), como citado em Zucchi & Hoffmann, 2004, p.115, a discriminação só estará medida com exatidão se a equação de regressão utilizada incluir, como variáveis explanatórias, todas as variáveis relevantes associadas com as capacidades produtivas da pessoa. Segundo esses autores, “é quase impossível dispor de um conjunto de dados que atenda a essa exigência, fazendo com que, na prática, os resultados da decomposição de Blinder-Oaxaca apenas indiquem valores aproximados para os componentes que gostaríamos de medir.” (Zucchi & Hoffmann, 2014, p. 115).

### Descrição das variáveis

A variável dependente é o logaritmo natural do rendimento no trabalho principal considerando os ocupados com renda positiva no trabalho principal. Foram consideradas as seguintes variáveis explanatórias:

- a. Uma variável binária para cor/raça que assume valor 1 para branca/amarela e zero para preta, parda ou indígena;
- b. Idade do indivíduo, tomada como *proxy* da experiência, medida em dezenas de anos, para se evitar que os coeficientes sejam muito pequenos. Também foi incluída a variável “idade ao quadrado” para captar o efeito dos retornos decrescentes da experiência.
- c. Quatro variáveis binárias para classes de escolaridade, tomando os trabalhadores analfabetos como base: Alfabetizado e com Fundamental incompleto; Fundamental completo ou médio incompleto; Médio completo e superior incompleto; e Superior completo.
- d. Jornada de trabalho, dada pelo logaritmo das horas de trabalho por semana. O coeficiente dessa variável deve ser interpretado como elasticidade do rendimento com relação ao tempo de trabalho na semana.
- e. Uma variável binária para posição no domicílio, que assume valor 1 para a pessoa responsável pelo domicílio.
- f. Uma variável binária que assume o valor 1 se o ocupado vive com o cônjuge ou companheiro.

- g. Cinco variáveis binárias para distinguir cinco grandes regiões e o Estado de São Paulo, sendo o Nordeste tomado como base: Norte; Sudeste exclusive São Paulo (MG+RJ+ES); Sul; Centro-Oeste; e Estado de São Paulo.
- h. Seis variáveis binárias para distinguir sete setores de atividade, com a Agricultura tomada como base, quais: Indústria da Transformação, Extrativa, Eletricidade, Gás e Água/esgoto; Construção; Comércio, Alojamento, Alimentação, Transporte e Armazenagem; Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Serviços; e Serviços Domésticos.
- i. Duas variáveis binárias para distinguir três posições na ocupação: Conta-própria; e Empregador. A categoria de base é composta pelos empregados (empregado do setor privado, militar, funcionário público e empregado doméstico).
- j. Oito variáveis binárias para distinguir nove classes de qualificação: Diretores e gerentes; Profissionais das ciências e intelectuais; Técnicos e profissionais de nível médio e apoio administrativo; Trabalhadores dos serviços, comércios e mercados; Trabalhadores qualificados da agropecuária, atividades florestais e de exploração; Trabalhadores qualificados da construção e operadores de instalações e máquinas e montadores; Forças armadas, policiais e bombeiros; e Ocupações mal especificadas. As ocupações elementares são tomadas como base.
- k. Uma variável binária para distinguir a formalidade no emprego, assumindo valor 1 para os empregados com carteira assinada ou estatutários.

### **3. Análise dos resultados**

Neste tópico inicialmente é investigado o perfil o perfil socioeconômico e demográfico da amostra para depois detalhar aos fatores relacionados ao capital humano e à segmentação regional do mercado de trabalho que podem explicar as diferenças nos rendimentos de homens e mulheres da PEA rural brasileira em 2010 segundo o tipo de área rural. . Em seguida são estimadas as equações de rendimentos, separadamente para homens e mulheres e por tipo de área rural, por mínimos quadrados ponderados, sendo a ponderação feita por um fator que leva em consideração o peso de cada indivíduo na amostra. A variável dependente é o logaritmo natural do rendimento mensal no trabalho principal, para as pessoas ocupadas com rendimento positivo no trabalho principal.

#### **3.1. Características da PEA rural segundo o sexo e tipo de rural**

Na amostra estudada (tabela 1), o rendimento médio das mulheres no trabalho principal é sempre inferior ao dos homens, independentemente do tipo de rural. O rendimento médio no rural metropolitano é maior do que nas áreas não-metropolitanas, independentemente do sexo do trabalhador. Também são apresentados os valores das médias geométricas, já que pela metodologia de Oaxaca-Blinder busca-se explicar a diferença dos logaritmos dos rendimentos entre homens e mulheres. Ou seja, busca-se explicar os 18,5% que as mulheres recebem a menos do que os homens no rural metropolitano e os 22,2% no rural não-metropolitano.

**Tabela 1.** Rendimento médio da PEA rural no trabalho principal segundo o sexo e tipo de área rural. Brasil, 2010

Variável	Metropolitana			Não-metropolitana		
	Homem	Mulher	Dif. %	Homem	Mulher	Dif. %
Média aritmética (R\$)	864,5	682,0	21,1	713,2	547,4	23,2
Média geométrica (R\$)	591,2	481,8	18,5	448,1	348,5	22,2
Número de observações	125.495	64.404		877.587	384.361	

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

**Nota:** Reais correntes de setembro de 2010.

Vários fatores contribuem para essa diferença, podendo ser identificados com base na tabela A1 do Anexo.

A idade média da PEA rural é de aproximadamente 37 anos, com pouca diferença por sexo e tipo de área rural. Entre as mulheres a cor branca/amarela é mais frequente em ambos os rurais.

Entre 59,4 e 61,5% dos homens são classificados como responsável pelo domicílio, e apenas 19,3 e 22,2% das mulheres têm essa atribuição, que é geralmente dada à pessoa com maior poder de decisão, seja pela posição de liderança, seja pela econômica. No rural metropolitano as mulheres são relativamente mais frequentes como responsáveis por domicílios do que no rural não-metropolitano. A maior proporção de homens nessa atribuição está positivamente associada ao rendimento médio desse grupo.

Com relação à escolaridade, a maior proporção de mulheres da amostra se encontra nos estratos mais altos de escolarização, situação favorável para o rendimento desse grupo, dada a forte associação entre rendimento e educação. Porém, como será verificado adiante, em nenhum nível de escolaridade a mulher ganha mais do que o homem, e a remuneração da mulher como proporção da remuneração do homem diminui com o aumento do nível de escolarização.

A jornada de trabalho é mais extensa no rural metropolitano e para os homens, contribuindo para um maior rendimento da PEA masculina.

A Agropecuária é o principal setor de destino da mão-de-obra masculina e da feminina não-metropolitana. Para as mulheres, o setor Serviços também tem relevância, absorvendo 36,9% delas no rural metropolitano (sendo 14,7% em Serviço Doméstico) e 33% no rural não-metropolitano (12,9% em Serviço Doméstico), características que devem concorrer negativamente para o rendimento feminino nos dois rurais.

Quanto à posição na ocupação, a categoria mais frequente é a dos empregados, com proporção relativamente maior de mulheres, particularmente no rural metropolitano. Em contrapartida, há maior frequência de homens rurais nas posições de conta-própria e empregador, favorecendo o maior rendimento desse grupo.

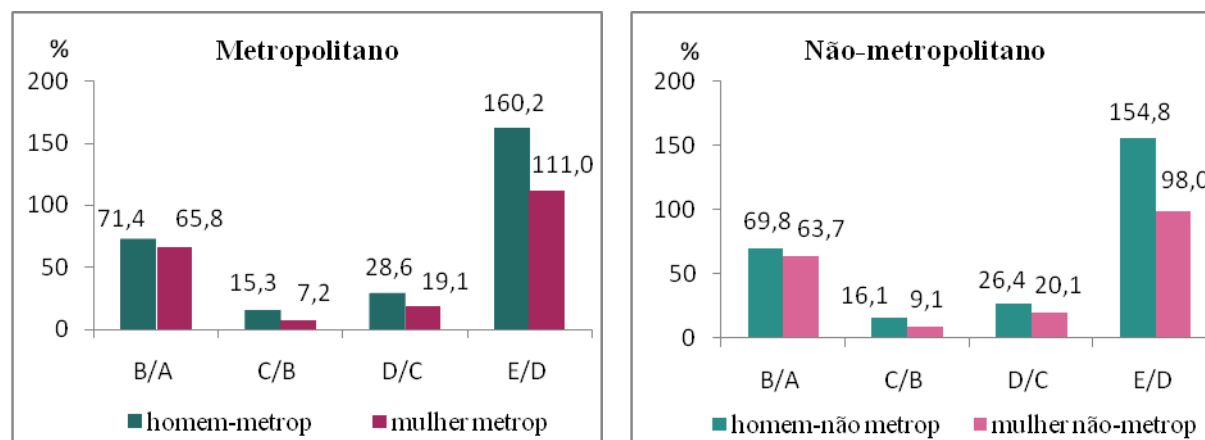
Com relação às ocupações, 7,9% das mulheres do rural metropolitano e 9,2% do não-metropolitano trabalham como profissionais das ciências e intelectuais, contra apenas 1,9% e 1,5% dos homens, respectivamente. Embora isso contribua positivamente para elevar o rendimento da PEA feminina, a alta porcentagem de ocupadas nas atividades elementares e de nível médio concorre em sentido contrário. Proporcionalmente, a PEA masculina tem maior participação nas categorias profissionais com maior qualificação (dirigentes, forças armadas, e trabalhadores qualificados da Agropecuária e da Indústria) favorecendo positivamente o rendimento médio masculino.

Embora não haja grande diferença na amostra com relação à proporção de trabalhadores formais, a formalização resulta em um salto de 44,9% no rendimento médio das mulheres, e de 22,6% entre os homens, portanto contribui para reduzir as disparidades de gênero no rural brasileiro.

Pela análise da distribuição regional da população, a maior presença de mulheres na região Sul deve favorecer o rendimento desse grupo, tendo em vista o maior rendimento médio da PEA feminina nessa região.

Para completar análise da amostra, informações adicionais podem ser obtidas na tabela A2, que fornece os rendimentos médios por classe de escolaridade, ocupação, região e formalidade no emprego - variáveis selecionadas pela importância na determinação do rendimento do trabalho.

Para todos os níveis de escolaridade, o rendimento médio das mulheres é inferior ao dos homens, porém o mais grave é que as diferenças por sexo aumentam com o grau de instrução. Pelo gráfico 1, um trabalhador rural metropolitano com Fundamental incompleto recebe, em média, 71,4% a mais do que um analfabeto nessa mesma região (B/A). Se fosse mulher, o diferencial seria de 65,8%. Para um homem com nível superior completo o rendimento seria de 154,8% a 160,2% maior do que daquele com nível médio completo ou superior incompleto. E se fosse mulher, a diferença estaria entre 111% e 98%. Em geral, verifica-se que os prêmios pela escolaridade são sempre maiores para os homens e no rural metropolitano.



**Gráfico 1.** Diferença percentual do rendimento médio entre classes de escolaridade por sexo e tipo de área rural. Brasil, 2010.

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

**Nota:** A=analfabeto; B= Fundamental incompleto; C = Fundamental completo e Médio incompleto; D = Médio completo e Superior incompleto; e E = Superior completo.

As diferenças de rendimento segundo a ocupação são menores entre os trabalhadores qualificados da agropecuária (nos dois rurais) e nas ocupações elementares (no caso do rural metropolitano), categorias de maior frequência, e ambas de baixa remuneração<sup>7</sup>. Porém, nas categorias que pagam maiores remunerações os diferenciais de rendimentos crescem, atingindo 42,5% em favor dos homens entre os profissionais das ciências e intelectuais, nos dois tipos de rural.

A formalidade no trabalho contribui para reduzir as disparidades de gênero notando-se que entre os informais as diferenças de rendimento estão entre 26 e 27,7% , enquanto que para os trabalhadores formais ela cai para aproximadamente 14%.

Com relação às especificidades regionais, nota-se que as diferenças de rendimento por sexo aumentam com o rendimento médio regional. No Nordeste, é de 14,8% a 15,3% e em São Paulo, de 26,7% a 28,2%.

<sup>7</sup> Para o grupo dos residentes no rural não-metropolitano um diferencial elevado entre as remunerações médias é registrado também no grupo de diretores e gerentes, cujo peso na amostra nem chega a dois pontos percentuais.

Pelas análises feitas é possível identificar alguns padrões para estas variáveis, que também foram verificadas em outras características da população estudadas: 1) os rendimentos médios das mulheres são inferiores em todas as categorias das variáveis estudadas; 2) considerando a educação e a ocupação, as disparidades de rendimento entre homens e mulheres são maiores nas categorias consideradas mais elevadas; 3) em geral, há uma prevalência de homens nessas categorias; e, 4) em todas as categorias as remunerações médias no rural metropolitano superam aquela do rural não-metropolitano.

### 3.2. Equações de Rendimentos

As estimativas dos coeficientes (b) das equações de rendimentos, ajustadas em separado para cada grupo, são apresentadas na tabela A3 do Anexo.

O coeficiente da variável Cor branca/amarela indica que para os homens do rural metropolitano a renda de brancos e amarelos foi, em média, 11% maior do que a recebida por indivíduos de cor/raça preta/parda/indígenas, e entre as mulheres a diferença seria de 8,6%, controladas as demais variáveis do modelo. No rural não-metropolitano os impactos dessa característica seriam, respectivamente, de 14,3% e 12,2%.

Com relação à escolaridade no rural metropolitano, espera-se que, em média, um homem com nível superior completo receba 183,7% a mais do que aquele sem instrução ou com fundamental incompleto, mantidas constantes as demais variáveis. Se fosse mulher, a diferença seria de 155,8%. No rural não-metropolitano, ter nível superior completo acrescentaria 101,1% ao rendimento médio dos homens e 83,3% ao das mulheres. Em geral, pode-se notar que os impactos da escolaridade sobre os rendimentos são sempre maiores entre as mulheres, exceto para o último nível.

O efeito da experiência (medida pela variável idade) é menor no grupo de mulheres, porém, para estas o envelhecimento parece afetar menos os rendimentos, haja vista o menor valor do coeficiente da variável  $(Idade/10)^2$ .

Com relação ao setor de atividade, as mulheres residentes no rural não-metropolitano ocupadas em Serviços Domésticos recebem, em média, 7,8% a menos do que as agricultoras, e 6,1% a menos se ocupadas na Indústria. O mesmo não ocorre no metropolitano, onde as ocupações nesses setores representam diferenciais positivos de 12,5% e 17,9%, respectivamente. Em geral, em ambos os tipos de rural as mulheres se beneficiam mais do que os homens quando não ocupadas na agricultura e nos serviços domésticos, sugerindo que a diversificação das atividades femininas contribuiria para diminuir as disparidades de rendimentos no rural brasileiro. Chega-se a conclusões semelhantes quando observados os impactos da qualificação sobre os rendimentos.

A formalização no trabalho deve elevar em 45% o rendimento feminino no rural metropolitano e 44,8% no não-metropolitano, controladas as demais variáveis.

### 3.3. Decomposição de Oaxaca-Blinder

As variáveis explanatórias consideradas nas equações de rendimentos para homens e mulheres explicam entre 36,8% e 43,1% das variações do logaritmo dos rendimentos do trabalho principal. Tais resultados podem ser considerados satisfatórios, tendo em vista a ausência de informações sobre alguns fatores que podem concorrer para determinar o rendimento individual, como riqueza, saúde, atitudes com relação ao trabalho, etc. além do fato de o rendimento pessoal ter forte componente aleatório.

No rural metropolitano, as médias geométricas do rendimento no trabalho principal são R\$ 591,2 para a PEA masculina e R\$481,8 para feminina, significando que as mulheres recebem 18,5% a menos do que os homens. Na área não-metropolitana esses valores são R\$448,1 e R\$348,5, com uma diferença de 22,2%. Apesar de ter sido verificada a vantagem masculina, independentemente do tipo



de área rural, a decomposição de Oaxaca-Blinder permite desmembrar a diferença de remuneração em uma parcela que pode ser explicada pelas características da mão-de-obra, e outra atribuível à discriminação.

Nota-se pela tabela 2 que no rural metropolitano os atributos da mão-de-obra masculina explicariam 29,4% do diferencial de remuneração, a favor das mulheres devido ao sinal negativo dessa porcentagem. E 8,8% no rural não-metropolitano. Ignorando o termo constante, a parcela do diferencial de remunerações não explicada pelos atributos dos trabalhadores corresponde a 7,2% no rural metropolitano, e 52,3% no não-metropolitano. Essa parcela é comumente associada à discriminação no mercado de trabalho, ou seja, à diferente valoração dos atributos dependendo do sexo do trabalhador.

Os sinais contrários das componentes indicam que, enquanto as dotações de capital humano levariam a menores rendimentos médios de homens do que o das mulheres, a maior valoração do trabalho masculino pelo mercado atua de forma a aumentar o diferencial de rendimentos entre gêneros. Quando considerado, também, o termo constante, 32,5% e 66,5% das diferenças de rendimentos não são explicadas pelas diferenças das características produtivas da mão-de-obra nos dois tipos de área rural.

**Tabela 2.** Decomposição da diferença entre médias de logaritmos de rendimentos de mulheres e homens da PEA rural por sexo e tipo de área rural (metropolitana e não-metropolitana) Brasil, 2010. (%)

<b>Diferença imputável a:</b>	<b>Rural Metropolitano</b>	<b>Rural não- metropolitano</b>
Total (A)	-22,2	43,6
Características da mão-de-obra (explicada) (E)	-29,4	-8,8
Coeficiente (não-explicada) (N)	7,2	52,3
Diferença da constante (C)	25,0	14,2
Diferencial bruto (DB=E+N+C)	2,8	57,7
Diferencial ajustado (DA=N + C)	32,2	66,5

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

A tabela A4 do Anexo apresenta as contribuições percentuais das variáveis explanatórias para a diferença do logaritmo dos rendimentos entre homens e mulheres, segundo a parcela explicada pelas variáveis e a parcela não-explicada pela dotação das características relevantes para o mercado de trabalho. Entre as variáveis com maior contribuição para explicar as diferenças de rendimentos (em favor das mulheres) estão: educação, tanto média como superior; localização na região Sul, trabalho no setor de Serviços/Serviço doméstico, e ocupações qualificadas de profissionais das ciências e intelectuais. Têm relevância para justificar o maior rendimento dos homens as seguintes características: jornada de trabalho; idade, o fato de ser pessoa de referência da família, a ocupação na Indústria ou na Construção, e ocupação em trabalho qualificado da Construção e Indústria. Contribuem para a parcela não explicada das diferenças de rendimentos entre homens e mulheres as seguintes variáveis: ocupações de nível médio e qualificado, profissionais das ciências e intelectuais, localização geográfica no Sul (no rural metropolitano), viver com o cônjuge, e idade.

Como comentado anteriormente, a decomposição do diferencial de rendimento proposta por Oaxaca-Blinder só mede a discriminação com exatidão se forem incluídas todas as variáveis explanatórias relevantes. Implícito nessa metodologia está também o pressuposto de que a diferença de rendimentos é homogênea em qualquer ponto da distribuição dos rendimentos dos dois grupos. Nesse contexto, as informações da tabela 3 sobre os rendimentos médios em classes definidas por alguns

percentis da distribuição mostram que nos níveis mais elevados a diferença entre homens e mulheres é substancialmente maior. Portanto, há indicativos de que os efeitos da discriminação de gênero são maiores para os ocupados nas posições mais bem remuneradas do mercado de trabalho.

**Tabela 3.** Medidas do rendimento médio no trabalho principal PEA rural e sua distribuição segundo o sexo e tipo de área rural. Brasil, 2010 (R\$ correntes de 2010)

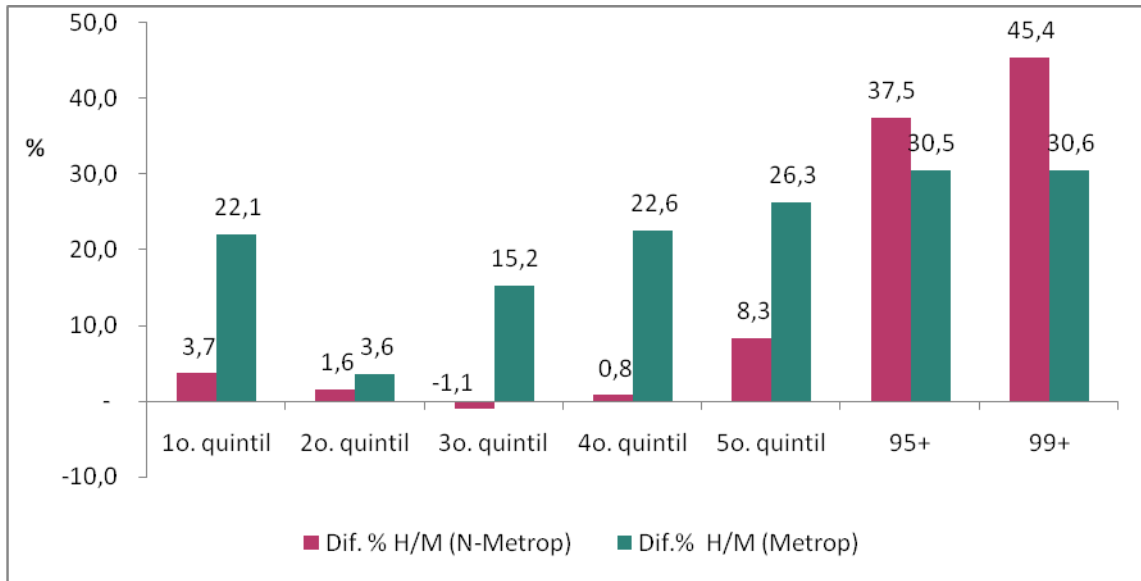
Classes de rendimento <sup>(i)</sup>	Metropolitana			Não-Metropolitana		
	Homem	Mulher	Dif % <sup>(ii)</sup>	Homem	Mulher	Dif % <sup>(ii)</sup>
20 <sup>□□</sup>	233,4	181,8	22,1	94,6	91,2	3,7
20 a 40	505,5	487,2	3,6	246,8	242,9	1,6
40 a 60	630,0	533,9	15,2	481,0	486,1	-1,1
60 a 80	882,1	682,9	22,6	594,2	589,6	0,8
20 +	2.300,3	1.696,3	26,3	1.532,7	1.405,7	8,3
5+	4.877,2	3.387,5	30,5	5.227,0	3.267,0	37,5
1+	11.981,9	8.321,0	30,6	12.493,6	6.818,1	45,4

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

**Notas:**

- (i) A população classificada com base nos valores dos quintis, e de corte para os 5% mais ricos e 1% mais ricos tendo como base o rendimento no trabalho principal..
- (ii) Dif % = diferença percentual de rendimento com relação ao rendimento do homem.

As diferenças por sexo por tipo de rural podem ser visualizadas no gráfico 2. Elas são sempre mais elevadas no rural metropolitano, exceto para o grupo constituído pelos 40 a 60 por cento mais pobres, onde prevalecem rendimentos em torno do salário mínimo. No rural não-metropolitano as disparidades são pouco relevantes exceto entre os 20% mais ricos, alcançando 45,5% entre os 1% mais ricos. Resumindo, o diferencial de rendimentos por gênero não é constante, sendo maior nas classes mais elevadas de rendimento. Também é sempre maior no rural metropolitano, exceto no extremo superior.



**Gráfico 1.** Diferença do rendimento médio entre homens e mulheres da PEA rural por tipo de área rural em classes definidas por percentis selecionados. Brasil, 2010.

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

**Nota:** Dif % H/M = diferença de rendimento entre homens e mulheres como porcentagem do rendimento masculino.

#### 4. Considerações finais

Este estudo buscou responder se o diferencial de rendimentos por sexo se deve a características produtivas, ou se estas são subavaliadas pelo mercado de trabalho quando se trata da mulher ocupada. E, adicionalmente, se existe um padrão diferenciado entre o rural metropolitano e o não-metropolitano.

Algumas características podem influenciar objetivamente as diferenças de rendimentos entre homens e mulheres e as diferenças por tipo de área rural. A PEA rural brasileira é predominantemente masculina (70%) e, do total, 87% residem nas áreas rurais não-metropolitanas. A cor branca/amarela é mais frequente na PEA feminina e no rural não-metropolitano. A escolaridade das mulheres é mais elevada, com maiores proporções nos níveis superiores. A agropecuária é o principal setor na ocupação dos homens dos dois tipos de rural, porém, 20 p.p a menos no rural metropolitano onde ocupa 47,9% deles. Há maior diversificação de atividades entre os homens, principalmente no rural metropolitano. Já para as mulheres do rural metropolitano, o setor Serviços, inclusive Serviços Domésticos é o mais importante, ocupando 37% delas, enquanto que no rural não-metropolitano só perde para a agricultura. Há maior formalização no trabalho no rural metropolitano, mas ainda assim não chega a 40%.

As equações de rendimentos ajustadas para cada um dos grupos mostram que os principais determinantes dos rendimentos da PEA rural são a escolaridade de nível Superior, a qualificação como profissional das ciências e intelectuais, bem como outras qualificações de nível médio ou especializado. Morar no rural da região Sul ou em São Paulo causa impactos positivos no rendimento médio. No rural não-metropolitano, possuir carteira assinada ocupa o nono posto mais importante para a determinação do rendimento médio do trabalho.

Na decomposição do diferencial dos rendimentos entre homens e mulheres os atributos produtivos das mulheres deveriam contribuir para uma remuneração feminina maior do que a masculina. No entanto, no rural metropolitano as mulheres recebem 18,5% a menos do que a contraparte masculina, estimando-se que 32,2% do diferencial é imputável à discriminação no

mercado de trabalho. No caso do rural não-metropolitano, dos 22,2% que as mulheres recebem a menos do que os homens 66% é imputável à discriminação. Ou seja, o efeito da discriminação no rural não-metropolitano é maior do que no metropolitano, fato que poderia ser parcialmente atribuído à menor disparidade de escolaridade nesta área, ou então à maior proporção de homens e mulheres na condição de empregado e com carteira assinada, fatores que contribuem para uma maior equidade de rendimentos entre eles.

Dessa forma, este estudo confirma a discriminação de gênero no rural brasileiro em 2010, e que esta tem maior relevância no rural não-metropolitano.

## Referências Bibliográficas

- Abramo, L. W. (2007). *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Batista, N. N. F. & Cacciamalli, M. C. (2009). Diferencial de salários entre homens e mulheres segundo a condição de migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 26(1), 97-115.
- Branchi, B. A. & Figueiredo, N. M. S. (2012, novembro). Famílias rurais nas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo: diversificação dos rendimentos e estratégias familiares segundo o gênero do chefe com base no Censo 2010. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2012, Águas de Lindóia, SP. Recuperado em 14 de março de 2013, de <http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/site/anais.php?id>
- Blinder, A. S. (1973) Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates. *The Journal of Human Resources*, 8(4), 436-455. Recuperado em 20 de fevereiro de 2013, de <http://www.jstor.org/stable/144855>
- Figueiredo, N. M. S., Branchi, B. A. & Kageyama, A. A. (2012). Trabalhadores e famílias rurais na Região Metropolitana de São Paulo: diversificação dos rendimentos e características familiares em 2008. *Revista de Economia (Curitiba)*, 38(1), 133-166.
- Figueiredo, N. M. S. & Branchi, B. A. (2011). O espaço rural nas regiões metropolitanas brasileiras: Um rural diferente. In Ferreira, C. A.; Einloft, C. J.; Gonçalves, R. L.. (Orgs.). *Desenvolvimento rural, sustentabilidade e ordenamento territorial*. Visconde do Rio Branco, MG: Universidade de Viçosa, MG.
- Girardi, E. P..(2008). *Atlas da Questão Agrária*. Recuperado em 19 de junho de 2012, de <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>
- Hertz T., Winters P., De La O A. P., Quiñones E. J., Davis B. & Zezza A. (2009, April). Wage inequality in international perspective: effects of location, sector and gender. *FAO-IFAD-ILO Workshop on Gaps, trends and current research in gender dimensions of agricultural and rural employment: differentiated pathways out of poverty*, Rome, Italy. Recuperado em 21 de abril de 2013, de [http://www.fao-ilo.org/fileadmin/user\\_upload/fao\\_ilo/pdf/Papers/](http://www.fao-ilo.org/fileadmin/user_upload/fao_ilo/pdf/Papers/)
- Hoffmann, R. (1998). *Distribuição da renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2000. Notas Técnicas*. Rio de Janeiro, 2000.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010. Microdados*. Recuperado em

20 de maio de 2013, de, [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Gerais\\_da\\_Amostra/Microdados/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/Microdados/)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). *Censo Demográfico 2010. Notas Metodológicas*. Recuperado em 15 de agosto de 2012, de <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados>

Oaxaca, R. (1973). Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets. *International Economic Review*, 14(3), 693-709.

Ometto, A. M. H., Hoffmann, R. & Alves, M. C. (1999). Participação da mulher no mercado de trabalho: discriminação em Pernambuco e São Paulo. *Revista Brasileira de Economia*, 53(3), 287-322

Zucchi, J. D. & Hoffmann, R. (2004) Diferenças de renda associadas à cor: Brasil, 2001. *Pesquisa & Debate*, 15(1) (25), 107-129.

## Anexos

**Tabela A1.** Caracterização da PEA rural por sexo e tipo de área rural. Brasil, 2010 (%).

Variável	Metropolitana		Não-metropolitana	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Idade (anos)	37,5	36,7	38,1	37,2
Jornada de trabalho semanal (horas/semana)	42,7	38,4	41,8	36,3
Cor/Raça (%)				
Branca /Amarela	53,5	61,1	45,4	51,2
Preta/Parda/Indígena	46,5	38,9	54,6	48,8
Escolaridade (%)				
Analfabeto	12,9	6,4	17,9	10,0
Fundamental incompleto	51,5	44,5	54,8	47,8
Fund. completo e Médio incompleto	17,4	18,2	14,7	16,2
Médio completo e Superior incompleto	16,1	24,1	11,2	20,2
Superior completo	2,1	6,7	1,4	5,8
Pessoa Responsável pelo domicílio (%)				
Sim	59,4	22,2	61,5	19,3
Não	40,6	77,8	38,5	80,7
Vive com cônjuge ou companheiro (%)				
Sim	66,7	69,2	65,7	70,9
Não	33,3	30,8	34,3	29,1
Região (%)				
Nordeste	30,9	26,7	33,4	32,7
Norte	3,4	2,8	10,7	8,7
Sudeste menos São Paulo	8,7	7,4	19,2	17,0
Sul	44,0	51,2	21,9	29,2
Centro-Oeste	7,6	5,7	7,4	5,2
São Paulo	5,4	6,2	7,4	7,2
Posição na Ocupação (%)				
Empregado	59,5	64,0	53,4	56,6
Conta-própria	39,5	35,3	45,8	42,9
Empregador	1,0	0,7	0,8	0,4
Setor de Atividade (%)				
Agropecuária	47,9	32,5	67,8	45,5
Indústria da Transformação, Extrativa, Eletricidade, Gás e Água/esgoto	13,6	12,8	7,3	7,7
Construção	10,0	0,4	6,5	0,2
Comércio, Alojamento, Alim., Transp., Armaz.	13,3	13,8	8,3	8,9
Adm. Pública, Defesa e Seguridade social	2,6	3,6	2,3	4,7
Serviços	10,6	22,1	6,6	20,1
Serviços domésticos	2,0	14,7	1,2	12,9

(continua)

(Tabela A1 continuação)

Variável	Metropolitana		Não-metropolitana	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Com carteira assinada ou estatutário (%)				
Sim	37,9	38,7	26,1	27,1
Não	62,1	61,3	73,9	72,9
Ocupação (%)				
Forças armadas, policiais e bombeiros	0,2	0,0	0,1	0,0
Diretores e gerentes	1,8	1,5	1,8	1,1
Profissionais das ciências e intelectuais	1,9	7,9	1,5	9,2
Técnicos/profissionais nível médio/ administr.	4,0	7,7	2,3	5,7
Trab. dos serviços, comércios e mercados	6,5	13,9	4,0	11,0
Trab. qualificados da agropecuária, florestais	31,1	23,6	39,9	29,7
Trab. qualificados da construção/ operadores de instalações e máquinas/ montadores	22,3	9,2	14,1	5,6
Ocupações elementares	25,6	29,3	31,5	31,6
Ocupações mal especificadas	6,6	6,9	4,7	6,1

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

**Nota:** Porcentagem exceto para as duas primeiras variáveis.

**Tabela A2.** Rendimento médio no trabalho principal, em Reais correntes de 2010, por classe de escolaridade, ocupação, formalidade no trabalho e Região, segundo o sexo e área rural. Brasil, 2010.

Característica	Metropolitana			Não-Metropolitana		
	Homem R\$	Mulher R\$	Dif (%)	Homem R\$	Mulher R\$	Dif (%)
Escolaridade						
Analfabeto	454,2	352,4	22,4	404,0	295,7	26,8
Fundamental incompleto	778,7	584,3	25,0	685,9	483,9	29,4
Fund. completo e Médio incompleto	897,8	626,1	30,3	796,3	528,0	33,7
Médio completo e Superior incompleto	1.154,7	745,5	35,4	1.006,4	634,3	37,0
Superior completo	3.005,1	1.572,7	47,7	2.564,5	1.256,0	51,0
Ocupação						
Ocup elementares	570,9	471,1	17,5	537,6	392,9	26,9
Trab. qualificados da agropecuária	797,5	666,6	16,4	702,9	565,5	19,6
Trab. serviços/comércios/mercados	934,9	647,6	30,7	733,3	513,7	29,9
Trab. qualific. Construção/Indústria	937,1	654,3	30,2	796,9	460,7	42,2
Trab.nível médio e apoio administ.	1.232,1	806,2	34,6	998,2	683,7	31,5
Forças armadas/policiais	1.861,7	2.038,9	-9,5	1.617,9	2.331,2	-44,1
Profissionais ciências/intelectuais	2.045,1	1.176,1	42,5	1.502,4	864,7	42,4
Diretores e gerentes	2.483,5	1.808,7	27,2	2.087,1	1.671,6	19,9
Trabalho formal						
Formal	924,1	791,2	14,4	828,6	711,9	14,1
Informal	828,2	612,9	26,0	672,4	486,2	27,7
Região						
Nordeste	557,8	475,1	14,8	419,4	355,4	15,3
Norte	661,8	567,9	14,2	650,9	505,0	22,4
Sudeste-SP	812,7	578,5	28,8	730,6	516,2	29,3
Sul	1.044,3	777,8	25,5	982,4	730,4	25,7
Centro-Oeste	946,6	728,6	23,0	1.018,5	681,4	33,1
São Paulo	1.250,5	916,2	26,7	983,4	706,4	28,2

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

**Nota:** Dif % = diferença percentual de rendimento com relação ao rendimento do homem.



**Tabela A3** . Estimativas dos coeficientes  $b^{(i)}$  das equações de rendimentos da PEA rural por sexo e tipo de área rural (metropolitana e não-metropolitana) Brasil, 2010.

Variável	Metropolitana		Não-metropolitana	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Constante	3,7968	3,5469	3,5707	3,4290
Idade/10	0,2765	0,1811	0,2275	0,1285
(Idade/10) <sup>2</sup>	-0,0257	-0,0115	-0,0175	-0,0030
Ln (horas trabalhadas/semana) <sup>(ii)</sup>	0,2226	0,2800	0,2620	0,2815
Cor branca/amarela	0,1039	0,0825	0,1429	0,1224
Escolaridade				
Fundamental incompleto	0,2169	0,2697	0,2209	0,2489
Fund. completo e Médio incompleto	0,3716	0,4148	0,3786	0,3984
Médio completo e Superior incompleto	0,5284	0,5450	0,5270	0,5440
Superior completo	1,0428	0,9391	1,0109	0,8330
Pessoa responsável pelo domicílio	0,0804	<b>0,0146</b> <sup>(iii)</sup>	0,0968	0,0102
Vive com cônjuge ou companheiro	0,1086	0,0258	0,0721	0,0204
Setor de Atividade				
Indústria da Transformação, Extrativa, Eletricidade, Gás e Água/esgoto	0,1663	0,1647	0,0712	-0,0606
Construção	0,2644	0,4160	0,2503	0,2966
Comércio, Aloja., Alim., Transp. Armaz.	0,2228	0,2610	0,1744	0,1878
Adm. Pública, Defesa e Seguridade social	0,2166	0,2852	0,0923	0,3192
Serviços	0,1589	0,2500	0,1044	0,2743
Serviços domésticos	0,1349	0,1182	0,0445	-0,0782
Região				
Norte	0,2151	0,1657	0,3837	0,3525
Sudeste menos São Paulo	0,3572	0,2140	0,4164	0,3631
Sul	0,4620	0,4104	0,5274	0,6158
Centro-Oeste	0,4945	0,3783	0,6632	0,5284
São Paulo	0,4891	0,4796	0,4854	0,5859
Posição na Ocupação				
Conta própria	0,0457	0,0642	<b>-0,0034</b> <sup>(iii)</sup>	-0,0500
Empregador	0,8474	0,8193	0,8775	0,7568
Com carteira assinada ou estatutário	0,2987	0,3763	0,4414	0,4479
Ocupação				
Forças Armadas e Policiais	0,6776	0,6824	0,4868	0,8010
Diretores e gerentes	0,5464	0,5029	0,5383	0,5721
Profissionais das ciências e intelectuais	0,3868	0,2087	0,2862	0,2262
Técnicos nível médio e apoio administr.	0,2668	0,1131	0,2328	0,0929
Trab. serviços, comércios e mercados	0,1386	0,0388	0,1208	0,0555
Trab. qualif. da agropecuária, florestais	0,1317	0,1875	0,1004	0,1430
Trab. qualif. da construção e indústria	0,2146	0,0661	0,2059	<b>-0,0043</b> <sup>(iii)</sup>
Ocupações mal especificadas	0,1260	0,0915	0,0787	0,0596

(Tabela A3 - continuação)

Variável	Metropolitana		Não-metropolitana	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
<b>R<sup>2</sup></b>	0,3796	0,3675	0,4306	0,3848

Fonte: Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

**Notas:**

- (i)  $[\text{Exp}(b)-1]$ , em porcentagem, fornece o impacto da presença do atributo sobre o rendimento, comparativamente à categoria de base, mantidas constantes as demais variáveis.
- (ii) O coeficiente da variável LnJT deve ser interpretado como elasticidade parcial.
- (iii) Coeficiente não significativo. Os demais coeficientes são estatisticamente significativos ao nível de significância de 1%.

Base: trabalhador analfabeto, não responsável pelo domicílio, sem cônjuge, da região Nordeste, empregado, no setor agrícola, em ocupação elementar, sem carteira assinada.

**Tabela A4.** Decomposição da contribuição<sup>(i)</sup> de cada variável para diferença entre os logaritmos dos rendimentos de homens e mulheres da PEA rural, por tipo de rural. Brasil, 2010 (%).

Fator	Rural Metropolitana			Rural não-metropolitana		
	Total	E <sup>(ii)</sup>	N <sup>(iii)</sup>	Total	E <sup>(ii)</sup>	N <sup>(iii)</sup>
Idade/10	181,8	10,6	171,2	154,4	7,7	146,7
(Idade/10) <sup>2</sup>	-115,8	-10,2	-105,6	-97,3	-6,1	-91,2
Ln (horas trabalhadas/semana) <sup>(ii)</sup>	-83,0	16,1	-99,0	-7,0	19,8	-26,8
Cor branca/amarela	2,5	-3,9	6,4	0,9	-3,3	4,2
Escolaridade						
Fundamental incompleto	-4,1	7,4	-11,5	0,8	6,2	-5,3
Fund. completo e Médio incompleto	-5,2	-1,4	-3,8	-3,5	-2,3	-1,3
Médio completo e Superior incompleto	-22,8	-20,9	-2,0	-20,2	-18,8	-1,4
Superior completo	-20,1	-23,5	3,4	-13,8	-17,9	4,1
Pessoa responsável pelo domicílio	21,8	14,6	7,2	22,9	16,3	6,6
Vive com cônjuge ou companheiro	26,7	-1,3	28,0	13,1	-1,5	14,6
Setor de Atividade						
Indústria da Transformação, Extrativa, Eletricidade, Gás e Água/esgoto	0,8	0,7	0,1	3,9	-0,1	4,0
Construção	12,1	12,4	-0,3	6,2	6,2	0,0
Comércio/Alojam./Alim., Transp./Armaz.	-3,1	-0,5	-2,6	-0,9	-0,5	-0,5
Adm. Pública, Defesa, Segurança soc.	-2,3	-1,1	-1,2	-5,2	-0,9	-4,3
Serviços	-18,8	-8,9	-9,9	-19,2	-5,6	-13,6
Serviços domésticos	-7,2	-8,4	1,2	4,2	-2,1	6,3
Com carteira assinada ou estatutário	-16,0	-1,3	-14,7	-2,4	-1,7	-0,7
Posição na Ocupação						
Conta própria	-2,2	0,9	-3,2	7,9	0,0	8,0
Empregador	1,3	1,2	0,1	1,3	1,1	0,2

(continua)

(Tabela A4 - continuação)

Fator	Rural Metropolitana			Rural não-metropolitana		
	Total	E <sup>(ii)</sup>	N <sup>(iii)</sup>	Total	E <sup>(ii)</sup>	N <sup>(iii)</sup>
Ocupação						
Forças Armadas e Policiais	0,6	0,6	0,0	0,2	0,2	0,0
Diretores e gerentes	1,2	0,9	0,3	1,4	1,5	-0,1
Profissionais das ciências e intelectuais	-4,5	-11,3	6,9	-6,5	-8,7	2,2
Téc. nível médio e apoio administr.	1,0	-4,8	5,8	0,0	-3,1	3,2
Trab. serviços, comércios e mercados	1,8	-5,0	6,8	-0,5	-3,3	2,8
Trab. qualif. da agropecuária, florestais	-1,6	4,8	-6,5	-0,9	4,1	-5,0
Trab. qualif. da construção e indústria	20,4	13,7	6,7	11,7	7,0	4,7
Ocupações mal especificadas	1,0	-0,2	1,2	0,0	-0,4	0,5
Região						
Norte	1,3	0,6	0,7	4,1	3,1	1,1
Sudeste menos São Paulo	7,5	2,3	5,2	7,3	3,6	3,6
Sul	-3,4	-16,3	12,9	-25,7	-15,4	-10,3
Centro-Oeste	7,9	4,7	3,2	8,6	5,9	2,8
São Paulo	-1,6	-1,8	0,3	-2,5	0,4	-2,9

**Fonte:** Censo Demográfico 2010 (microdados). Elaboração dos autores.

**Notas:**

- (i) sinais positivos indicam vantagens para os homens; sinais negativos indicam vantagens para as mulheres.
- (ii) E= parcela explicada ou seja devida às diferenças na distribuição dos atributos considerados relevantes no mercado de trabalho.
- (iii) N = parcela não explicada, associada à discriminação.